



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO DOS
TRABALHOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Do Sra. Deputada Tabata Amaral PDT/SP)

Requer ao Senhor Ministro de Estado da Educação informações detalhadas sobre conectividade das escolas no âmbito do Ministério da Educação.

Senhor(a) Presidente,

Nos termos do artigo 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e considerando o Programa Banda Larga nas Escolas e os Programas de conectividade nas escolas, requiero que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, as seguintes informações:

Quanto a conexão nas escolas urbanas e Programa Banda Larga nas Escolas:

- a) a lista das escolas urbanas conectadas em decorrência das obrigações estabelecidas no Decreto 6424/2008 e a localidade onde estão situadas;
- b) A velocidade das conexões em cada escola urbana conectada em decorrência das obrigações estabelecidas no Decreto 6424/2008;
- c) A data de obtenção das informações acima, bem como a fonte de tais dados (se do Ministério ou das empresas responsáveis).

Sobre conexão de Escolas Rurais:

- a) A lista das escolas atendidas pelo Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC) e as localidades onde estão localizadas;
- b) Os critérios de seleção das escolas rurais atendidas pelo satélite;

- c) A lista das escolas que virão a ser atendidas, o critério de priorização e o cronograma de instalação nas escolas.

Para escolas urbanas e rurais:

- a) De que modo o MEC tem fomentado o uso das conexões pelas escolas?
- b) Há oferta de conteúdo pelo MEC? Se sim, quais os conteúdos são oferecidos e qual o mecanismo de curadoria dos conteúdos?
- d) Qual a forma de monitoramento do cumprimento do estabelecido no Decreto 6424/200?

J U S T I F I C A Ç Ã O

O Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) tem como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no País. O Programa Banda Larga nas Escolas foi lançado por meio do Decreto nº 6.424/2008 que altera o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU (Decreto nº 4.769). Nesse acordo, as operadoras autorizadas trocam a obrigação de instalarem postos de serviços telefônicos (PST) nos municípios pela instalação de infraestrutura de rede para suporte a conexão à internet em alta velocidade em todos os municípios brasileiros e conexão de todas as escolas públicas urbanas com manutenção dos serviços sem ônus até o ano de 2025.

Em troca das obrigações de cobertura das concessões de telefonia fixa, houve um acordo com as operadoras concessionárias de conectar escolas urbanas, sem custo, e com a maior velocidade disponível nas localidades (Plano Geral de Metas de Universalização 2,5 pelo Decreto 6424/2008).

E, no entanto, a Anatel não apresenta dados de conexões das escolas urbanas e muito menos qual a velocidade ofertada. Houve um debate na Comissão de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST) que solicitou tais dados, mas a Anatel argumenta que o Ministério da Educação teria tais dados.

Quanto a conexão de escolas rurais, importa dizer que a Telebras presta serviços para a União ao conectar escolas por meio do satélite geoestacionário brasileiro de defesa e comunicações. Segundo informações do MCTIC, mais de mil escolas já estão atendidas. E, no entanto, não se sabe o critério de escolha das escolas, tampouco a lista das escolas conectadas. Chama a atenção que a capacidade satelital é limitada, portanto a seleção é fundamental e deveria priorizar as áreas não atendidas por infraestrutura terrestre.

O Programa Inovação Educação Conectada, do Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) pretende conectar mais de 8 mil escolas rurais e beneficiar mais de 3 milhões de alunos com conexão à internet em banda larga até o fim do ano. A nova meta do programa foi anunciada na cerimônia de repasse do valor de R\$ 60 milhões do MEC para o MCTIC, realizada na semana passada em Brasília.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 2019.

Deputada Tabata Amaral
PDT/SP